

Algumas notas sobre a 12ª Assembleia-Geral do CODESRIA – Governar o Espaço Público Africano

Augusto Nascimento*

p 181-200

Nos dias 7 a 11 de Dezembro de 2008, realizou-se em Yaoundé a 12ª Assembleia-Geral do CODESRIA que congregou centenas de investigadores africanos e outros que estudam África. Este evento coincidiu com o 35º aniversário do CODESRIA, o qual tem um percurso assinalável na dinamização da produção do saber social em África.

Ao cabo de décadas, a Assembleia do CODESRIA tornou-se uma oportunidade para congregar cientistas sociais africanos e para incentivar a discussão científica em torno de questões fulcrais para a evolução do continente. A 12ª Assembleia teve lugar sob o lema “Governar o Espaço Público Africano”. Dito de outro modo, ateu-se ao imperativo da apropriação e da reelaboração pelos Africanos do conceito de esfera pública, quiçá crucial para autenticar os processos de democratização.

Como é que os Africanos se vão apropriar do espaço público?

A questão valerá por si mesma mas, sobretudo, pelo momento em que é formulada. De alguma forma, ela denota uma pulsão relativamente à necessidade de confrontar o saber produzido pelos estudiosos africanos com o curso, talvez errático, das imagens e de lugares-comuns sobre África. Por outras palavras, sente-se a urgência da procura de uma autenticidade oponível às distorções produzidas e caucionadas por um discurso global e hegemónico, que os intelectuais africanos sentem não retratar a (sua) África, aquela em que vivem.

Esta 12ª Assembleia ocorreu num momento azado para uma espécie de vingança servida fria contra o neo-liberalismo, do qual se afirmou “ter cometido suicídio” em Agosto passado, motivo de júbilo tanto maior quanto tal “suicídio” se liga muito estreitamente à eleição do primeiro presidente *negro* dos EUA. Os estudiosos africanos acusam as políticas neo-liberais de terem inspirado uma ofensiva contra as universidades públicas africanas em nome das vantagens da qualificação mínima da mão-de-obra africana. Este ressentimento é tão mais compreensível quanto em tais ditames neo-liberais ressoariam os estereótipos colonialistas que, há décadas, prescreveram a aptidão técnica como a apropriada para os Africanos, atentas as necessidades de mão-de-obra dos empreendimentos coloniais. Apesar de se ter lembrado que a ofensiva neo-liberal também atacara as universidades noutras partes do globo, prevalece o sentimento de as universidades africanas terem sido alvo de

* Investigador auxiliar do IICT, Lisboa;
colaborador do CEAUP e do CEA do ISCTE

um ataque não só particularmente virulento como desnecessário, absurdo e injusto. Hoje, tal ataque neo-liberal é encarado como uma das maiores causas do empobrecimento das condições de trabalho dos intelectuais africanos.

A dificuldade deste tipo de eventos – e, em particular deste, dada sua vertente institucional e, também, o seu veio identitário e aglutinador – reside em enquadrar em pressupostos teóricos e metodológicos consistentes e coerentes a produção científica aí exposta, muita dela atomística, ideológica e quiçá auto-referenciada (como sucede com parte da produção científica pelo mundo afora). Por exemplo, afigura-se relativamente fácil salientar as diferenças do espaço público africano relativamente ao objecto das teorizações de Habermas. Porém, esta descentração requer outras. Ora, já se afigura mais difícil reconhecer e harmonizar os vários espaços públicos africanos, sejam os existentes dentro das unidades políticas que são os países, sejam os imanentes às diferenças culturais entre várias sociedades africanas.

Num certo sentido, a problemática proposta à reflexão da Assembleia e, afinal, de toda a praxis política africana está inscrita no respectivo lema, a saber, quais os moldes de *governança* do que, a cada dia, se constitui como um *espaço público* reconhecidamente *africano*.

É o desafio do momento. Após as independências, a prioridade era a construção do Estado (em muitos casos, deduzido do modelo eurocêntrico, fosse por via de influências ideológicas, fosse em razão de concepções de desenvolvimento tendencialmente coincidentes com o crescimento económico). Hoje, tudo se afigura diferente e a autenticidade parece premissa de um saber pertinente e actuante. A inquietação política e a procura de autenticidade mostram que não se perdeu – antes pelo contrário – o veio militante, substanciado, que seja, numa mutante mas imperecível ligação a África.

Mas como prescrever ou tão-somente assinalar um caminho autêntico e profícuo para os intelectuais africanos? Do passado, retêm-se apelos aos intelectuais orgânicos da primeira onda e, daí, mais directamente ligados às independências. Do passado, lembram-se igualmente os constrangimentos apostos pelos poderes, que se desviaram das esperanças neles depositadas. Em Yaoundé, sugeriu-se a necessidade de um escrutínio auto-crítico do percurso de intelectuais africanos. E para o futuro? Ao arrepio das sugestões de um passado militante, render-se-ão os intelectuais africanos ao pragmatismo e às “necessidades” das sociedades actuais relativamente às tecnologias, à administração e a mais desempenhos tecnocratas atinentes, supõe-se, a tratar sintomatologias sociais?

Tal não é senão uma das facetas da difícil relação entre políticos e intelectuais em vários países africanos (e não só). Em tempos, essa relação passou por sublímiares considerações valorativas sobre várias disciplinas científicas – por exemplo, a sociologia continha algo de subversivo; acrescentaria eu que a história não concitava esse labéu por aparecer como manipulável segundo visões teleológicas do percurso da humanidade tendencialmente justificativas dos poderes construídos após as independências – até às tentativas mais ou menos violentas de silenciar os intelectuais. O parto da liberdade – não mais redutível a um bem burguês, como foi lembrado em Yaoundé – tem sido difícil e doloroso. Relembre-se que, revestindo-se de incontornáveis particularismos, o carácter espinhoso da relação entre os intelectuais e o poder político e económico não é apanágio do continente africano.

A construção do espaço público não vive somente do que as subjectividades individuais lhe quiserem outorgar. Apesar de polimorfo, também não bastará o contributo dos lu-

gares mais inesperados, seja o de espaços rurais marcados por hierarquias ditas tradicionais, seja, mais especificamente, o de vivências e socializações pautadas pelo consumo do vinho de palma propiciador da troca de bens e de significados. O espaço público viverá de instituições, desde as mesquitas e mais lugares de fé aos *media* e às universidades.

O papel das universidades e dos intelectuais mereceu uma sessão plenária. Uma das questões foi a seguinte: o que é que podemos almejar quando a universidade não esteja empenhada na libertação da sociedade? Diferentemente de hoje, as universidades foram durante anos um elemento estruturador do espaço público africano (ou talvez alguns dos seus elementos as encarassem como um esteio da construção política nacionalista, mais do que propriamente do espaço público, uma noção só mais recentemente chegada ao continente). Hoje, alguns académicos e intelectuais sonham com o retorno de uma certa preponderância das universidades e do reconhecimento social da voz dos académicos.

Relembrou-se alguns traços da história das universidades no continente, a saber, a época de união das universidades africanas nos anos 70, o respeito de alguns ditadores pela instituição universitária, a passagem das universidades regionais a universidades nacionais por causa do ímpeto controlador dos governos. Hoje, para gáudio da militância, a universidade continua a ser lugar de contestação, por exemplo, das políticas prescritas nos PAE. Mas, pergunta-se, aparte o sentimento politicamente gratificante, não será curto tendo em vista as expectativas e as exigências colocadas às universidades pelas sociedades e pela vertiginosa mudança social do mundo de hoje?

Aduziram-se algumas características do(s) espaço(s) público(s) africano(s), entre elas, a sua tendencial heterogeneidade, desde logo resultado da empresa colonialista pulverizadora da (idealizada) unidade e harmonia africanas. Legado colonial ou fruto da inércia política de anos de autoritarismos de coloração diversa, o espaço público africano será débil ou, pelo menos, muito refractado e lacunar. Se a acção comunicativa é o plasma do espaço público, então o espaço público africano ainda está pejado de escolhos, sejam eles os da pobreza, sejam os dos constrangimentos políticos. Noutras palavras, não basta enaltecer o capital emancipador a um nível micro ou individual e em certas organizações da base da pirâmide social se esses processos não influenciarem o curso da política. A meu ver, tal influência nem sempre é visível. E fica, certamente, aquém do desejado.

No âmbito do espaço público, debateram-se os mais diversos temas e, a este respeito, registem-se comunicações fortemente críticas das autoridades. Dos vários tópicos discutidos, destaque-se o dos afloramentos de xenofobia que atingiram duramente migrantes africanos, mormente na África do Sul. Lavrará aqui um sentimento popular xenófobo? A tal respeito emerge a perplexidade: porque é que os brancos (os mais ricos, precise-se) não são vítimas de violência? Num registo analítico, afirmou-se que, na África do Sul, tudo se passou como se o discurso da elite fosse pan-africano e o sentimento (mais do que o discurso) popular não quisesse África ou os Africanos na sua terra, a África do Sul.

À margem das respostas a procurar na análise comparativa com processos históricos noutras partes do mundo, aquelas irrupções sociais motivaram apelos a uma posição mais atenta e mais crítica dos intelectuais relativamente ao Estado e à manipulação dos sentimentos populares. Perante tal cenário, em tudo contraditório com os cânones do progresso e da emancipação da *raça negra*, uma possível deriva explicativa poderá ser a de encontrar nesses factos ressonâncias da ideologia colonialista ou, mais precisamente, de uma patologia do apartheid e do pós-apartheid. Alguns, propensos a cauterizar tais reacções como réplicas da alienação colonialista, tenderão a qualificá-las como ne-

grofóbicas em vez de xenófobas. Porém, como conciliar a remanescência dessa negro-fobia, negadora da própria humanidade *negra*, com a pronta identificação afectiva com o *negro* vencedor da corrida à Casa Branca que varreu partes de África no passado mês de Novembro?

Ainda com referência à edificação do espaço público africano, aludiu-se à necessidade de alteração das relações de género na política africana para, em definitivo, arredar a rejeição do protagonismo das mulheres. Assim se conferirá novo carácter às relações de género no espaço público africano, onde, dessa forma, as mulheres – políticas e académicas, por exemplo – deixarão de ser uma presença rara.

As práticas religiosas foram igualmente perspectivadas do ângulo da sua contribuição para o espaço público africano. Parece fora de dúvida que as iniciativas dos Africanos em matéria religiosa talham, ao menos indirectamente, o espaço público. Porém, a propensão prosélita pode colidir com uma idealizada (e tendencialmente normativa) definição do espaço africano, não deixando, ainda assim, de pôr à prova um crivo da (desejável, para não dizer imperiosa) liberdade do espaço público.

Num certo sentido, poderia admitir-se que a discussão acerca da *esfera pública*, revestida de particular acuidade, tem a vantagem de substituir a da democracia. A discussão desta suscita paixões, porquanto, para alguns, nela ecoa, mais do que um desprezível neo-colonialismo, uma subalternidade africana, hoje não mais tolerável. A propósito da democracia, dir-se-ia existirem, pelo menos, duas correntes: uma, a que, a partir da rejeição do que interpreta como imposição ocidental (daquilo que no Ocidente se crê ser universal), tende, ao menos implicitamente, a desvalorizar a democracia. Esta corrente coloca a ênfase na pluralidade de organizações e de emanações de vontade do povo, consequentemente encaradas com alguma benevolência. Esta corrente tende a absorver acriticamente ou a cavalgar no sentimento popular: a partir de resultados económicos não intrinsecamente ligados à democracia, muitas pessoas dirão que as democracias não o são verdadeiramente por não verem resolvidos os seus problemas do dia-a-dia (parte das dificuldades são eventualmente explicáveis por dinâmicas de perda que eram anteriores aos ventos democráticos da década de 90, das quais, em resultado das mudanças políticas, se esvai a respectiva memória). A outra corrente, propensa à aceitação da democracia, dá vazão a manifestações de desagrado perante o monopólio de poder por parte dos políticos. Assaz mutável, o peso relativo de cada uma das correntes, elas mesmas heterogéneas e com muitas gradações, é determinado por um factor dificilmente mensurável, a saber, os vínculos afectivos com os líderes políticos e com a *terra*.

Importaria, sobretudo, situar a discussão em torno da democracia, porquanto, sem prejuízo da duplicidade e do que de instrumental comportam as soluções impostas ou tão meramente sentidas como tais, a idealização da democracia transforma-se num ónus para as crenças democráticas: é sempre fácil e possível dizer que as democracias não cumprem ou não resultam, até por terem sido concebidas noutros contextos históricos.

Importa frisar que este debate ganha quase inevitavelmente estes tons, algo inquinados, porque a democracia não pode conferir – nem em África, nem em parte alguma – o diferencial de identificação afectiva que parece requerido para a construção africana.

A questão remanesce: como forjar conceitos e, consequentemente, construir uma profícua praxis política e social especificamente africana? Numa posição cautelosa, assaz diversa da postura de há décadas, alguns propõem tornar a sociedade civil / esfera pública africana mais um conceito explicativo do que uma noção normativa, ademais pouco

pertinente para o entendimento da esfera pública em África. Mas, então, faltarão aqui a dimensão de acção e de mudança que muitos intelectuais sentirão como um ditame do seu estatuto.

Uma nota final de cariz epistemológico: o saber discursivo e racional confronta-se com outras abordagens da ordem do afectivo e do performativo, porventura não menos cruciais para a compreensão das sociedades africanas e das respectivas lideranças. Dado o polimorfismo das culturas e das sociedades africanas, a esfera pública não é só inteligível pelo saber racional, antes demandará conhecimentos fornecidos pela experiência sensorial e, porventura até, pelas codificações rituais imanentes a certas “tradições”. Tal implica um esforço de descentração ao alcance, acima de tudo, daqueles cuja prática científica se torne cada vez mais reflexiva e, nessa medida, capaz de diálogo com outras plataformas cognitivas. Por outras palavras, construir abordagens multifacéticas das sociedades e dos Africanos – afinal de contas, de toda a realidade social e humana – é tarefa bem difícil. . .

Seja como for, juntamente com o desígnio último de melhorar as sociedades africanas, tal valorização de outras formas de consciência, que não apenas a científica, redundará no propósito de associar o maior número de actores à delineação de políticas de desenvolvimento social, urbano e rural, num continente envolvido no turbilhão da globalização. E eis-nos num ponto de partida: quais os modelos alternativos – e, caso assim se o pretenda, afrocêntricos – de governação das sociedades em África?

Repetindo-me, num evento desta natureza, pautado, em vários sentidos, pela sua dimensão pan-africana, é difícil não abrir espaço para as múltiplas leituras das experiências sociais (e pessoais, porque muitos cientistas falam sobretudo da sua experiência). Tal torna difícil a discussão e, por conseguinte, a delineação de um mínimo denominador comum nos planos conceptual, teórico e metodológico, de resto, uma dificuldade não muito diferente da observada no comum dos eventos científicos por esse mundo fora.

Independentemente do distanciamento face ao curso dos afectos e das crenças relativamente ao continente africano, a participação numa assembleia do CODESRIA revelou-se uma experiência mais envolvente do que a participação noutros eventos de igual magnitude que têm África por objecto.

